

Orçamentos transparentes

A Câmara Legislativa examina o projeto de lei do Orçamento do Distrito Federal para 1994, enviado pelo governador Joaquim Roriz, que estima a receita em CR\$ 90,9 bilhões, a preços de abril.

Como sempre acontece, é grande o número de emendas apresentadas pelos deputados distritais, cerca de mil e 300, o que é um direito normal de qualquer legislador.

Mais importante do que o número ou a qualidade das emendas é aproveitar a oportunidade em que uma CPI do Congresso devassa irregularidades no Orçamento da União e buscar uma reflexão a respeito da lei orçamentária. A grande constatação é que a feitura e votação dos orçamentos públicos em geral, inclusive no DF, são operações meio misteriosas, que se passam num universo fechado ao qual o grande público tem muito pouco acesso, a não ser quando da discussão nos legislativos.

Os partidos com assento na Câmara Legislativa, a começar pelos próprios

deputados distritais, deveriam ser os primeiros e maiores interessados em debater o projeto de lei orçamentária com seus eleitores, com a comunidade. O Brasil tem pouca tradição de participação popular nesses assuntos, que são matéria de interesse público relevante em nações mais desenvolvidas.

Só com a participação da cidadania e com a permanente vigilância da imprensa livre podem os orçamentos públicos, sejam de onde forem, apresentar simultaneamente um espírito de justiça na distribuição dos recursos do povo e uma total transparência na sua aplicação e prestação de contas. Essa é a consequência mais importante que deve ser extraída dos lamentáveis episódios que motivaram a CPI do Congresso. O Orçamento do Distrito Federal, felizmente, não está e nem esteve sob suspeição. Mas a oportunidade é boa para que se comece a mudança de atitudes diante de todos os orçamentos, sejam municipais, estaduais ou o da União.